

BASE DE AVIACAO DE TAUBATE

Termo de Referência 45/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
45/2026	160518-BASE DE AVIACAO DE TAUBATE	KENIO TAVARES DE SOUZA	07/05/2026 07:51 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	17/2026	64009.002937/2026-60

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de peças de reposição para roçadeiras, materiais e equipamentos para manutenção de área verde e bens imóveis, do Complexo de Aviação do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	CATMAT	QTD MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Cilindro com pistão para roçadeira stihl fs 220.	Unid	20	353726	2	R\$ 351,53	R\$ 7.030,60
02	Carburador modelo zama c1 para roçadeira stihl fs 220.	Unid	20	353732	2	R\$ 304,51	R\$ 6.090,20
03	Óleo 2t modelo 8017h 500ml para roçadeira stihl fs 220.	Unid	300	477466	2	R\$ 49,64	R\$ 14.892,00
04	Kit de componentes internos do carburador modelo zama para roçadeira marca stihl fs 220.	Unid	20	353732	2	R\$ 158,26	R\$ 3.165,20
05	Lâmina de duas pontas especial em aço de blindagem para roçadeira stihl fs 220, 350mm /12” eixo de 20 mm, 4 mm de espessura	Unid	20	223032	2	R\$ 141,70	R\$ 2.834,00
06	Conjunto de corte modelo trincut 41-2 para roçadeira stihl fs 220, para roçadeira stihl fs 220.	Unid	50	356080	2	R\$ 159,96	R\$ 7.998,00
07	Jogo de juntas de vedação para roçadeira stihl fs 220.	Unid	30	353735	5	R\$ 21,83	R\$ 654,90
08	Vela de ignição ngk bpmr-7a para roçadeira stihl fs 220.	Unid	60	359097	2	R\$ 132,33	R\$ 7.939,80
09	Prato giratório para roçadeira stihl fs 220.	Unid	60	429423	2	R\$ 35,54	R\$ 2.132,40
10	Porca rosca esquerda do prato giratório para roçadeira stihl fs 220.	Unid	30	359007	2	R\$ 22,19	R\$ 665,70
11	Filtro de feltro para roçadeira stihl fs 220.	Unid	30	353814	5	R\$ 25,12	R\$ 753,60

12	Filtro de ar para roçadeira stihl fs 220.	Unid	50	353814	2	R\$ 53,20	R\$ 2.660,00
13	Cabo do acelerador para roçadeira stihl fs 220.	Unid	30	392622	2	R\$ 155,80	R\$ 4.674,00
14	Bota de segurança 100% em couro antitranspirante com tela de proteção anticorte. Proteção anti corte 270o e cano de 25 cm, numeração a definir.	Par	10	431790	2	R\$ 319,39	R\$ 3.193,90
15	Luvas de serviço (raspa)	Par	30	368228	10	R\$ 29,25	R\$ 877,50
16	Perneiras de proteção com alma de aço e velcro para cortes em geral (ergonômicas).	Unid	20	224710	2	R\$ 63,60	R\$ 1.272,00
17	Sabre modelo stihl duromatic 30 cm, para motosserra stihl.	Unid	10	398550	1	R\$ 317,69	R\$ 3.176,90
18	Sabre modelo stihl rollomatic e 30 cm corrente 1.1, para motosserra stihl.	Unid	10	398550	2	R\$ 308,29	R\$ 3.082,90
19	Sabre modelo stihl rollomatic e 30 cm corrente 1.3, para motosserra stihl.	Unid	10	398550	2	R\$ 299,07	R\$ 2.990,70
20	Sabre modelo stihl rollomatic e 35 corrente 1.1, para motosserra stihl.	Unid	10	398550	1	R\$ 299,07	R\$ 2.990,70
21	Carenagem para roçadeira stihl fs 220	Unid	20	375849	2	R\$ 99,64	R\$ 1.992,80
22	Cinto suporte para roçadeira stihl fs 220, duplo para ombros	Unid	20	288980	2	R\$ 155,72	R\$ 3.114,40
23	Óculos proteção, material armação: policarbonato, tipo proteção: lateral e frontal, tipo lente: anti-risco, cor lente: incolor, aplicação: proteção geral, características adicionais: com haste dobrável e regulável	Unid	20	450515	10	R\$ 33,10	R\$ 662,00
24	Enxada, material: aço forjado, características adicionais: estreito, suporte pintado, gume polido, largura:14 cm, material cabo: madeira com no minimo 1,20 m, comprimento:278 mm	Unid	10	340002	2	R\$ 87,93	R\$ 879,30
25	A. Enxada larga com cabo de madeira, marca de referência tramontina, similar ou de melhor qualidade; B. Medida aproximada: 248 x 305mm, com olho redondo de 38mm de diâmetro; C.fabricação: aço carbono temperado, pintura eletrostática na cor preta; Comprimento mínimo do cabo: 1,30m	Unid	10	452370	2	R\$ 87,00	R\$ 870,00
26	Jogo chave, material: aço cromo vanádio, tipo: torx, quantidade peças: 12, aplicação: manutenção equipamento mecânico, componentes: t7, t8, t9, t10, t15, t20, t25, t30, t40, t45 e t50, material cabo:polipropileno\, tratamento superficial ponta:fosfatizado	Jogo	10	289849	1	R\$ 374,35	R\$ 2.743,50
27	Carrinho mão, material caçamba: chapa 14, aço galvanizado, quantidade roda: 1 un, tipo roda: pneu com câmara, capacidade caçamba: minimo de 50 kg, acabamento superficial: pintura eletrostática na cor cor preta\, características adicionais:dimensões aproximadas:680 x 1320 x 545 mm	Unid	10	289849	1	R\$ 619,59	R\$ 6.195,90
28	Vassoura polipropileno de alta resistência, marca tramontina, similar ou de melhor qualidade, com 30 dentes, cabo de madeira com no minimo 1,20m, garantia minima de 3 meses.	Unid	10	452487	2	R\$ 55,82	R\$ 558,20
29	Soprador costal, marca modelo stihl br 430, capacidade do tanque de combustível 1,7 litros, cilindrada 63,3 cm3, potência mínima (kw/cv) 2.9/3.9, peso 10.3 kg, volume de ar máximo com tubeira (m3/h), velocidade máx. Do ar (m /s) 82, potência sonora db(a) 5)	Unid	5	453350	1	R\$ 3.468,82	R\$ 17.344,10

	108, pressão sonora db(a) 5)101, rot. Máx (rpm) 7,000, rot. Lenta (rpm) 3,000, garantia mínima de 1 ano.						
30	Motossera, marca modelo stihl ms 460, capacidade do tanque de combustível 0,8 ml, cilindrada 76,5 cm ³ , potência mínima (kw /cv) 4.4/6.0, peso 6.6 kg, sabre 50, nível de pressão sonora db(a) 2) 101.0, nível de vibração esquerda/direita m/s ² 3) 4.2/6.0, garantia mínima de 1 ano.	Unid	5	359089	1	R\$ 4.155,33	R\$ 20.776,65
31	Carburador para motopoda stihl ht 75	Unid	10	398617	2	R\$ 196,35	R\$ 1.963,50
32	Carburador para motopoda stihl ht 131	Unid	10	398617	2	R\$ 304,52	R\$ 3.045,20
33	Carburador para motopoda stihl ht 133	Unid	10	398617	2	R\$ 254,85	R\$ 2.548,50
34	Carburador para soprador stihl bg 86c	Unid	10	398617	2	R\$ 256,17	R\$ 2.561,70
35	Faca para roçadeira rdu, modelo: atd- r260, marca lavrale, dupla	Par	10	223032	1	R\$ 423,67	R\$ 4.236,70
36	Faca 1 furo 4'' x 1/2'' para roçadeira marca inroda, modelo: rh-1500	Par	10	315512	1	R\$ 758,39	R\$ 7.583,90
37	Mourão eucalipto tratado 2,5m de comprimento e com no mínimo 20 cm de diâmetro	Peça	750	479689	10	R\$ 182,33	R\$ 136.747,50
38	Graxa azul pote de 500 gramas	Unid	10	271739	2	R\$ 51,76	R\$ 517,60
39	Arame farpado de 500 metros	Rolo	25	233027	2	R\$ 477,47	R\$ 11.936,75
40	Grampo para cerca de arame farpado marca gerdau 19x11, saco de 1kg	Kg	50	303329	10	R\$ 29,00	R\$ 1.450,00
41	Sabre para motosserra stihl duromatic 50cm /20cm para corrente 1.6mm/0.063	Unid	5	237936	1	R\$ 454,82	R\$ 2.274,10
42	Corrente para o sabre da motosserra stihl 1.6 mm/0.063	Unid	10	402075	2	R\$ 146,93	R\$ 1.469,30
43	Sabre para motosserra stihl duromatic 63cm /25cm para corrente 1.6mm/0.063	Unid	5	312587	1	R\$ 506,53	R\$ 2.532,65
44	Sabre para motopoda stihl 35cm/14cm para corrente 50x3 1.3mm/0.050	Unid	5	312587	1	R\$ 347,33	R\$ 1.736,65
45	Corrente para o sabre da motopoda stihl 1.3 mm/0.050	Unid	10	402073	2	R\$ 123,06	R\$ 1.230,60
46	Sabre para motopoda stihl 35cm/14cm para corrente 50x1 1.1mm/0.043	Unid	5	237936	1	R\$ 325,67	R\$ 1.628,35
47	Corrente para o sabre da motopoda stihl 1.1 mm/0.043	Unid	10	402072	2	R\$ 176,61	R\$ 1.766,10
48	Sabre para motopoda stihl 30cm/12cm para corrente 44x3 1.3mm/0.050	Unid	5	338035	1	R\$ 257,65	R\$ 1.288,25
49	Corrente para o sabre da motopoda stihl 1.3 mm/0.050	Unid	10	402073	2	R\$ 114,35	R\$ 1.143,50
50	Sabre para motopoda stihl 30cm/12cm para corrente 44x1 1.1mm/0.043	Unid	5	312587	1	R\$ 270,33	R\$ 1.351,65
51	Corrente para o sabre da motopoda stihl 1.1 mm/0.043	Unid	10	402072	2	R\$ 148,86	R\$ 1.488,60
52	Sabre para motopoda stihl 30cm/12cm para corrente 64x1 1.1mm/0.043	Unid	5	237936	1	R\$ 303,65	R\$ 1.518,25
53	Alicate bico meia cana, material aço cromo vanádio, tipo cabo isolado, tipo reto, comprimento 6 pol, características adicionais	Unid	20	244867	2	R\$ 35,93	R\$ 718,60

	longo, fostatizado						
54	Alicate de corte, material aço cromo vanádio, tipo corte diagonal rebaixado, tipo cabo isolado, comprimento 6 pol, características adicionais fosfatizado, com delimitador de abertura	Unid	20	240742	2	R\$ 52,55	R\$ 1.051,00
55	Alicate de pressão, material aço cromo vanádio, abertura da boca 45 mm, comprimento 300 mm, 10"	Unid	15	253348	2	R\$ 60,05	R\$ 900,75
56	Chave de vela roçadeira stihl fs220	Unid	15	298335	2	R\$ 48,21	R\$ 723,15
57	Correia em (v), Modelo: c-51 para roçadeira inroda RH -1800	Unid	15	463656	2	R\$ 51,43	R\$ 771,45
58	Correia em (v), para roçadeira Modelo: c- 71 modelo: atd-r260, marca lavrale, dupla	Unid	15	463656	2	R\$ 63,04	R\$ 945,60
59	Rolamento para roçadeira/trator Modelo: 30208	Unid	15	464892	2	R\$ 136,98	R\$ 2.054,70
60	Rolamento para roçadeira/trator Modelo: 30307	Unid	15	464892	2	R\$ 212,54	R\$ 3.188,10
61	Rolamento para roçadeira/trator Modelo: 32310	Unid	15	464892	2	R\$ 230,54	R\$ 3.458,10
62	Aditivo para radiador concentra Linha diesel garrafa de 1l	Unid	50	474425	5	R\$ 54,22	R\$ 2.711,00
63	Eixo Cardan agrícola linha 2000, com 6 estrias de 35 mm, padrão universal com engate rápido utilizado em roçadeira lavrale sem embreagem e diversos implementos, comprimento total mínimo de 1mt fechado.	Unid	2	466043	1	R\$ 1318,33	R\$ 2.636,66
64	EixoCardan linha 5000 utilizado com embreagem e diversos implementos, comprimento total mínimo de 1mt fechado 500 mm de tudo e barra. Marca lavrale	Unid	2	466044	1	R\$ 1.542,99	R\$ 3.085,98
65	Kit com 3 sacas polia, nas medidas de 75 100 150 mm e rolamento 3 garras de aço	Unid	5	466477	2	R\$ 194,09	R\$ 970,45
66	Conjunto de extratores de terminais de direção e pivôs de automóveis. Composto pelos extratores 113098, 113099, 113100, 133165 e 133197. Produto fornecido em uma maleta	Unid	3	288974	1	R\$ 1.414,25	R\$ 4.242,75
67	Mourão concreto, tipo seção: quadrada, aplicação: cerca, comprimento total: 3m, comprimento enterrado: 0,70m, carga útil 80kg, carga ruptura: 120kgf, peso:50 kg, características adicionais: furação com intervalo de 20cm, inclinação na ponta de 45 graus.	Unid	562	317228	10	R\$ 115,90	R\$ 65.135,80
68	Arame de aço galvanizado no 14 BWG, com 2,10 mm.	Kg	50	471741	10	R\$ 28,06	R\$1.403,00
69	Roçadeira para uso agropecuário, com capacidade do tanque igual ou superior a 0.58 L, cilindradas do motor igual ou superior a 35,2 cm3, peso igual ou inferior a 7,7 kg (sem ferramenta de corte /proteção), potência igual ou superior a 1.7 kW/2.3 CV, rotação lenta mínima de 2800 RPM e rotação máxima de 12500 RPM, marca stihl FS 220	Unid	10	274940	1	R\$ 3.591,82	R\$ 35.918,20
	Motopoda Motor STIHL 4-MIX, Cilindrada						

70	(cm3) 36.3, Comprimento do sabre Rollomatic E (cm) 30, Peso kg 7.86, Potência (kW/cv) 1.4/1.9 , marca de referência STIHL HT 135.	Unid	3	486264	1	R\$ 3.898,87	R\$ 11.696,61
71	Asfalto frio pronto para uso, tapa buraco, recompositor de pista, saco de 25 kg, produto C.B.U.Q, usinado á quente, preparada com agregados pétreos, com cap 50/70 modificado por aditivo, processo e mistura, não emulsionado para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa-buracos), estocável por no mínimo 24 meses, embalagem e aplicação a frio em qualquer condição de temperatura ou clima, podendo ser aplicado em buracos com água, em período de chuva e sem perda da coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, liberação imediata do trânsito.	Saco	100	4782	20	R\$ 81,96	R\$ 8.196,00
72	Óleo hidráulico ISO68 AD, galão com 20 litros. Óleo lubrificado mineral paraafínico de elevado desempenho com aditivção antidesgaste. Desenvolvido para aplicação em sistemas hidráulicos de alta pressão.	Galão	8	618380	1	R\$ 601,34	R\$ 4.810,72
73	Lâmpada 1 polo 12 volts	Unid	50	617208	5	R\$ 5,93	R\$ 296,50
74	Lâmpada 2 polos 12 volts	Unid	50	617207	5	R\$ 40,06	R\$ 2.003,00
75	Lâmpada 1 polo 24 volts	Unid	50	617211	5	R\$ 22,07	R\$ 1.103,50
76	Lâmpada 2 polos 24 volts	Unid	50	363565	5	R\$ 22,56	R\$ 1.128,00
77	Óleo lubrificante para motor diesel SAE 15W-40, galão com 20 litros. Óleo lubrificante mineral multiviscoso para uso em motores diesel de alta potência, superalimentados ou turboalimentados, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho API CH-4 ou inferiores.	Galão	8	472896	1	R\$ 530,95	R\$ 4.247,60
78	Óleo lubrificante de transmissão SAE 10W-30 BL galão com 20 litros.	Galão	8	485814	1	R\$ 530,80	R\$ 4.246,40
79	Filtro de combustível para trator New Holland modelo TT4.75, ano 2020	Unid	8	612379	1	R\$ 674,52	R\$ 5.396,16
80	Filtro de combustível secundário para trator New Holland modelo TT4.75, ano 2020	Unid	8	247062	1	R\$ 176,92	R\$ 1.415,36
81	Filtro de óleo de motor para trator New Holland modelo TT4.75, ano 2020	Unid	8	616814	1	R\$ 337,77	R\$ 2.702,16
82	Filtro de óleo hidráulico para trator New Holland modelo TT4.75, ano 2020	Unid	8	612360	1	R\$ 796,28	R\$ 6.370,24
83	Filtro de ar para trator New Holland modelo TT4.75, ano 2020	Unid	8	615036	1	R\$ 520,52	R\$ 4.164,16
84	Filtro de ar secundário para trator New Holland modelo TT4.75, ano 2020	Unid	8	615035	1	R\$ 433,89	R\$ 3.471,12
85	Fio de corte quadrado 3.0 mm x 312 m ara roçadeira stihl fs 220.	Bobina	60	306060	2	R\$ 429,78	R\$ 25.786,80
86	Carburador para podador agrícola stihl hs45	Unid	10	398617	2	R\$ 206,78	R\$ 2.067,80
87	Carburador clq-s170 para podador stihl hs45	Unid	10	398617	2	R\$ 207,29	R\$ 2.072,90

88	Cabo PP 750V, 2 x 2,5 mm, rolo com 100 metros, Antichama (BWF-B), Normatizado: NBRNM-247-5 INMETRO	Rolo com 100 metros	10	343569	1	R\$ 567,66	R\$ 5.676,60
89	Cabo PP 750V, 2 x 4,0 mm, rolo com 100 metros, Antichama (BWF-B), Normatizado: NBR NM-247-5 INMETRO	Rolo com 100 metros	10	377445	1	R\$ 924,57	R\$ 9.245,70
90	Cabo PP 750V, 4 x 16,0 mm, Antichama (BWF-B), Normatizado: NBR NM-247-5 INMETRO	Metro	300	355819	10	R\$ 143,45	R\$ 43.035,00
91	Lâmpada LED bulbo alta potência 100 w, fluxo luminoso mínimo de 9000 lumens, base E40, potência: 100 w, cor branca fria, temperatura de cor: 6500k, vida útil média: 25.000 horas, tipo de início: instantâneo, não contém mercúrio, voltagem: bivolt, frequência de 50/60hz, garantia mínima de 60 meses, certificado pelo Inmetro, marca de referência Philips, similar, ou de melhor qualidade.	Unid	100	600028	5	R\$ 217,31	R\$ 21.731,00
92	Espícula anti Pombos, Medida aproximada 33 cm de comprimento por 10 cm de altura, fabricado em policarbonato, matéria-prima de primeira qualidade, com aditivos de proteção contra raios UV, garantindo resistência e durabilidade	Unid	300	476799	10	R\$ 20,08	R\$ 6.024,00
93	Concertina dupla clipada, galvanizada, diâmetro de 30 cm, comprimento total de 50 metros, garantia mínima de 5 anos.	Rolo	50	471941	1	R\$ 488,30	R\$ 24.415,00
94	Bomba submersa com diâmetro de 4", trifásica, tensão 220v, 7,5cv, Garantia mínima de no mínimo 1 ano, marca de referência EBARA, similar ou de melhor qualidade.	Unid	2	448074	1	R\$ 4.550,33	R\$ 9.100,66
95	Bomba submersa com diâmetro de 4", trifásica, tensão 220v, 10 CV, Garantia mínima de no mínimo 1 ano, marca de referência EBARA, similar ou de melhor qualidade.	Unid	2	448075	1	R\$ 7.018,00	R\$ 14.036,00
96	Bomba centrífuga com motor hermeticamente fechado (Classe de proteção IP68), marca Sulzer , Modelo Robusta 500 T, similar ou de melhor qualidade. Rolamentos de esfera lubrificadas pelo óleo isolante atóxico do próprio motor, reduzindo a necessidade de manutenção. Bombas trifásicas providas de protetor térmico, capacitor permanente ou chave eletrônica com capacitor de partida. Flange de recalque com rosca interna 2"BSP. Tampa passagem dos cabos elétricos Instalação típica com tubos em PVC soldável características construtivas, Instalação em pequena elevatória, vedação feita por selo mecânico de carvão/cerâmica e entrada de cabo resinada, Sistema modular:várias peças intercambiáveis. facilidade de içamento pela alça, composição centralizadora do peso . Potência 2,0 CV , 1,5 KW, Tensão 220V, 3450 Rpm, Pressão de 23,5 Mca, Vazão Máxima de 34 M³/h(), Corrente Máxima(I) 8,0A , Qt da condutores x bitola Mm² 4x1,5, Comprimento do cabo 8M, Propulsor Tipo	Unid	2	258362	1	R\$ 6.105,73	R\$ 12.211,46

	Aberto (Sistema ContraBlock), Recalque Ø Nominal pol/rosca 2" BSP, Passagem de sólidos Ø mm 20, Grau de proteção Ip 68, Bomba submersa para elevatórias de efluentes sucção de matérias orgânicos e industrias. Garantia mínima de 2 Anos						
97	Bomba centrífuga com motor hermeticamente fechado (Classe de proteção IP68), marca Sulzer , Modelo Robusta 1.000 T, similar ou de melhor qualidade. Rolamentos de esfera lubrificados pelo óleo isolante atóxico do próprio motor, reduzindo a necessidade de manutenção. Bombas trifásicas providas de protetor térmico, capacitor permanente ou chave eletrônica com capacitor de partida. Flange de recalque com rosca interna 2" BSP. Tampa passagem dos cabos elétricos Instalação típica com tubos em PVC soldável características construtivas, Instalação em pequena elevatória, vedação feita por selo mecânico de carvão/cerâmica e entrada de cabo resinada, Sistema modular: várias peças intercambiáveis. facilidade de içamento pela alça, composição centralizadora do peso . Potência 4,0 CV , 1,5 KW, Tensão 220V, 3450 Rpm, Pressão de 23,5 Mca, Vazão Máxima de 34 M³/h(), Corrente Máxima(I) 8,0A , Qtda condutores x bitola Mm² 4x1,5, Comprimento do cabo 8M, Propulsor Tipo Aberto (Sistema ContraBlock), Recalque Ø Nominal pol/rosca 2" BSP, Passagem de sólidos Ø mm 20, Grau de proteção Ip 68, Bomba submersa para elevatórias de efluentes sucção de matérias orgânicos e industrias. Garantia mínima de 2 Anos	Unid	2	258362	1	R\$ 6.458,78	R\$ 12.917,56
98	Rolo de pintura predial, com 5 cm de comprimento, material esponja sintética, 118 aplicação em superfícies lisa/rugosa /acrílica e látex, cabo plástico resistente e com suporte.	Unid	300	242432	10	R\$ 12,80	R\$ 3.840,00
99	Rolo de pintura predial, com 9 cm de comprimento, material esponja sintética, aplicação em superfícies lisa/rugosa/acrílica e látex, cabo plástico resistente e com suporte.	Unid	200	229113	10	R\$ 9,42	R\$ 1.884,00
100	Rolo de pintura predial, antirrespingo, com 23 cm de comprimento, material lã, aplicação em superfícies lisa/rugosa/acrílica e látex, cabo resistente e com suporte.	Unid	100	229047	10	R\$ 28,37	R\$ 2.837,00
101	Pneu para carrinho de mão, material: borracha com 4 lonas, Tamanho: Aro 3,25x8, capacidade mínima: 100 kg, características adicionais: com câmara de ar, aro reforçado	Unid	10	251124	2	R\$ 166,22	R\$ 1.662,20
102	Pincel para pintura predial, cerdas gris dupla, tamanho de 1 polegada e com cabo plástico resistente.	Unid	200	441614	10	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
103	Pincel para pintura predial, cerdas gris dupla, tamanho de 2 polegadas e com cabo plástico resistente.	Unid	200	239698	10	R\$ 10,78	R\$ 2.156,00
104	Pincel para pintura predial, cerdas gris dupla, tamanho de 3 polegadas e com cabo plástico resistente.	Unid	200	447111	10	R\$ 16,02	R\$ 3.204,00

105	Pincel para pintura predial, cerdas gris dupla, tamanho de 4 polegadas e com cabo plástico resistente.	Unid	100	447112	5	R\$ 24,63	R\$ 2.463,00
106	Motor elétrico, referência marca weg , modelo w22 premium, similar ou de melhor qualidade, com flange ff-265 /4 furos, potência 10 cv, 7,5 kw , numero de fases 3 , tensão 220/380v, frequência 60 hz, amb 40°amp 14,9 , modelo da carcaça 132s, rpm 1740, grau de proteção ip55, corrente nominal em 220v(A) 26,3/28,2, corrente com o rotor bloqueado 7,80 ip/ip, fator de serviço fs 1,15 , placa de bornes 6 conectores weg ou similar, peso aproximado 58kg. Motor será acoplado em um quadro boia tipo flutuante junto a uma hélice para aeração em tratamentos de efluentes industriais e domésticos , para promover alta taxa de transferência de oxigênio, com efetiva mistura de toda massa líquido. Garantia mínima de 2 anos	Unid	2	448074	1	R\$ 8.508,59	R\$ 17.017,18
107	Motor elétrico referência marca weg, modelo w22 premium similar ou de melhor qualidade , com flange ff-215/ 4 furos , potência 7,5 cv, 5,5 kw , numero de fases 3 , tensão 220 /380v, frequência 60 hz , amp 14,9 , modelo da carcaça 112m, rpm 1740, grau de proteção ip55, corrente nominal em 220v(a) 20,1/22,2, corrente com o rotor bloqueado 2,2 ip/ip, fator de serviço fs 1,15 , placa de bornes 6 conectores weg ou similar , peso aproximado 46kg. Motor sera acoplado em um quadro boia tipo flutuante junto a uma hélice para aeração em tratamentos de efluentes industriais e domésticos , para promover alta taxa de transferência de oxigênio, com efetiva mistura de toda massa líquido. Garantia de 2 anos	Unid	2	448075	1	R\$ 8.707,09	R\$ 17.414,18
108	Removedor de tintas automotivas. Utilizado para remover pinturas automotivas originais, repinturas. Referência: MAXI RUBBER, similar ou de melhor qualidade.	Unid	50	320162	2	R\$ 54,52	R\$ 2.736,00
109	Macacão Para Apicultura de Nylon Ventilado com Máscara Fixa, fabricado em nylon resinado ultra resistente, visor de tela de proteção tipo esgrimador tela escura para melhor visibilidade, zíper resistente do pescoço até a braguilha, ventilação nas costas e braços, pequeno orifício frontal para uso de canudo, permitindo hidratação sem retirar o macacão, Elástico nos punhos, tornozelos e cintura.	Unid	4	634290	1	R\$ 243,31	R\$ 973,24
110	Macacão totalmente Impermeável para atividades como saneamento de esgotos e outras atividades que envolvem proteção contra umidade, proteção até o tronco, botas de pvc seladas junto ao macacão, confeccionada em tecido Nylon emborrachado, com uma face em poliamida e a outra em PVC, sendo as emendas através de costuras impermeabilizadas. Fechamento frontal. Com capuz fixo ajustado por cadarços com regulador e ponteiras em PVC. Punhos ajustados por elástico.	Unid	4	633215	1	R\$ 255,03	R\$ 1.020,12

111	Conjunto de Solda Óxigênio/ Acetileno: Características: Roda de borracha para piso irregular e alto impacto/ Porta varetas/ Chave de boca multifuncional, aplicável em todas as porcas do equipamento/ Tamanho ajustável da haste/ Maleta organizacional com espuma interna/ Cinta de Ajuste de cilindros em Velcro, adaptável em todas as espessuras de cilindro. Composição do conjunto: 01 (uma) cabeça cortadora CO 201; 01 (um) maçarico de solda WH 201N; 3 (três) extensões de solda 201 (n° 4,6,9); 01 (uma) Maleta plástica (430x320x120 mm); 01 (uma) Chave de boca mult. (1.1/8",1",3/4",11/16"); 01 (um) Cilindro AC (1,25 kg); 01 (um) Cilindro de OX (1 m3); 01 (um) Regulador MD 1,5 AC; 01 (um) Regulador MD 10 OX; 01 (um) Bico corte 1502#04; 04 (quatro) Válvulas corta fogo; 05 (cinco) metros de Mangueira conjugada e montada; 01 (um) Acendedor; 01 (um) Carrinho. Referência: Condor, similar ou de melhor qualidade.	Unid	2	350035	1	R\$ 3.845,71	R\$ 7.691,42
112	Bomba para poço artesiano submersa com diâmetro de 6 polegadas, com motor lubrificado a água, com 7,5 cavalos de potência, trifásica 220 V, com vazão mínima de 22 m3 de água, a uma altura manométrica de 48,3 metros, e garantia de 12 meses do fabricante contra defeito de fabricação. Referência Bomba EBARA BHS 511-07, similar ou de melhor qualidade.	Unid	2	470954	1	R\$ 11.744,85	R\$ 23.489,70
113	Bomba para poço artesiano submersa com diâmetro de 6 polegadas, com motor lubrificado a água, com 10 cavalos de potência, trifásica 220 V, com vazão mínima de 22 m3 de água, a uma altura manométrica de 63,4 metros, e garantia de 12 meses do fabricante contra defeito de fabricação. Referência Bomba EBARA BHS 511-09, similar ou de melhor qualidade.	Unid	2	470950	1	R\$ 13.454,85	R\$ 26.909,70
114	luva nitrilica cano longo de alta durabilidade e resistencia, cano longo com proteção adicional até o antebraço	Unid	50	619825	5	R\$ 50,12	R\$ 2.506,00
115	Mola De Tração da Embreagem Stihl Características: Aplicação: Modelo FS220, Marca: Stihl, Original	Unid	150	486786	5	R\$ 28,98	R\$ 4.347,00
116	Limitador Altura (Metal) Para Roçadeira Stihl Modelo FS 220, Furo 16mm, alta Resistência, Original	Unid	100	468797	5	R\$ 42,22	R\$ 4.222,00
117	Embreagem para roçadeiras Stihl à gasolina fabricadas em liga de metal de alta qualidade e durabilidade avançada (Roçadeira Stihl), Diâmetro da embreagem: 58,50mm, Largura da embreagem: 15,75mm, Aplicação: Roçadeira Stihl Modelo FS220, Original.	Unid	100	627683	5	R\$ 118,13	R\$ 11.813,00
118	Kit reparo do carburador com agulhas para roçadeiras Stihl Modelo FS220. Original	Unid	20	250008	2	R\$ 62,29	R\$ 1.245,80
119	Junta do Escapamento da Roçadeiras STIHL Modelo FS220, Original	Unid	50	468797	2	R\$ 23,39	R\$ 1.169,50
120	Mangueira De Combustível 3,1 x 5,7mm X 1 Metro para roçadeira Stihl, Original	Unid	30	13634	2	R\$ 43,16	R\$ 1.294,80
	Tampa Tanque Combustivel para Roçadeira						

121	Stihl Modelo Fs 220, Original	Unid	50	605795	2	R\$ 38,80	R\$ 1.940,00
122	Cinta Ferramenta para Montagem do Anel Sthil. Código-0000-893-2600. Conforme modelo ilustrativo apresentado na imagem do Item 3.2 deste Termo de Referência.	Unid	10	463717	2	R\$ 73,25	R\$ 732,50
123	Ponteira Transmissão Roçadeira Stihl Modelo Fs220, Características: Tubo de 28mm / Eixo Cardan Quadrado 6x6mm, Original	Unid	50	627644	2	R\$ 238,26	R\$ 11.913,00
124	Cilindro Pistão Anéis Para Roçadeira Stihl Modelo Fs220 Com todas as Juntas Original	Unid	50	346390	1	R\$ 193,04	R\$ 9.652,00
125	Jogo de juntas completo Roçadeira STIHL Modelo FS220, Original, contendo: (01) uma Junta da carcaça, (01) uma Junta do cilindro e 01 (uma) Junta do escapamento.	Unid	30	353735	2	R\$ 38,65	R\$ 1.159,50
126	Chave de Impacto Pneumática 1 (uma) polegada, Longa; Encaixe: 1 polegada, Entrada de Ar: 1/2 polegada (F), Rosca: Até 1.5/8", Velocidade: 3900rpm, Torque de Trabalho: 240KGFM, Pressão de Trabalho: 90Psi. Itens inclusos: Chave de impacto pneumática longa, Maleta, Soquete: 38, Soquete: 41. Referência: PUMA, similar ou de melhor qualidade.	Unid	3	634092	1	R\$ 3.429,24	R\$ 10.287,72
127	Cota reservada do item nº 37, para ME e EPP, Mourão eucalipto tratado 2,5m de comprimento e com no mínimo 20 cm de diâmetro.	Unid	250	479689	10	R\$ 182,33	R\$ 45.582,50
128	Cota reservada do item nº 67, para ME e EPP, Mourão concreto, tipo seção: quadrada, aplicação: cerca, comprimento total: 3m, comprimento enterrado: 0,70m, carga útil 80kg, carga ruptura: 120kgf, peso: 50 kg, características adicionais: furação com intervalo de 20cm, inclinação na ponta de 45 graus	Unid	188	317228	10	R\$ 115,9	R\$ 21.789,20
TOTAL							R\$ 953.254,76

1.2. Havendo divergência nas descrições do item entre o Portal de Compras Governamentais - CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de referência.

1.3. Os itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 69, 70, 85, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125 referentes a peças de reposição de roçadeira, motosserra e motopoda, deverão ser da marca Stihl para atender a roçadeira marca/modelo Stihl FS 220 e a motosserra marca/modelo Stihl MS660, tendo em vista que as roçadeiras, motosserras e motopodas desta Organização Militar são das referidas marcas/modelos. Peças similares ou equivalentes não encaixam adequadamente no maquinário, resultando em baixa durabilidade das peças e diminuindo a vida útil do equipamento, trazendo prejuízos para a União, amparado pela letra b, do inciso I, do Art 41, da Lei 14.133/21.

1.4. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.6. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8o, §4o do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato ou do recebimento/aceite do instrumento substitutivo (recebimento da Nota de Empenho), prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, nos moldes do Art. 105 da Lei 14.133/21.

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.9. As quantidades mínimas constantes da planilha referem-se aos limites das quantidades mínimas para cada contratação.

1.10. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.11. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.12. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, prevista neste instrumento.
- 1.13. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000100/2026

II) Data de publicação no PNCP: 05/05/2025

III) Id do item no PCA: 180,181,182,183,184,185,186,187,188,189,190,191,192,193,194,195,196

IV) Classe/Grupo:

- 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO;
- 3750 - IMPLEMENTOS E FERRAMENTAS DE JARDINAGEM;
- 3710 - EQUIPAMENTO PARA PREPARAÇÃO DO SOLO;
- 2910 - COMPONENTES DO SISTEMA DE COMBUSTÍVEL DE MOTORES, EXCETO OS DE AERONAVES;
- 8310 - FIOS E LINHAS;
- 3830 - ACESSÓRIOS PARA CAMINHÕES E TRATORES;
- 9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS;
- 2990 - ACESSÓRIOS DIVERSOS DE MOTORES, EXCETO OS DE AERONAVES;
- 3110 - ROLAMENTOS ANTIFRICÇÃO NÃO MONTADOS;
- 3230 - FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS DE MÁQUINAS PARA TRABALHO EM MADEIRA;
- 5110 - FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;
- 5180 - JOGOS E CONJUNTOS DE FERRAMENTAS MANUAIS;
- 3470 - CONJUNTOS, JOGOS E ACESSÓRIOS PARA OFICINA MECÂNICA;
- 3920 - EQUIPAMENTOS NÃO AUTOPROPULSIONADO PARA MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS;
- 7290 - UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS;
- 3220 - MÁQUINAS PARA TRABALHOS EM MADEIRA;
- 2920 - COMPONENTES DO SISTEMA ELÉTRICO DE MOTORES, EXCETO OS DE AERONAVES; e

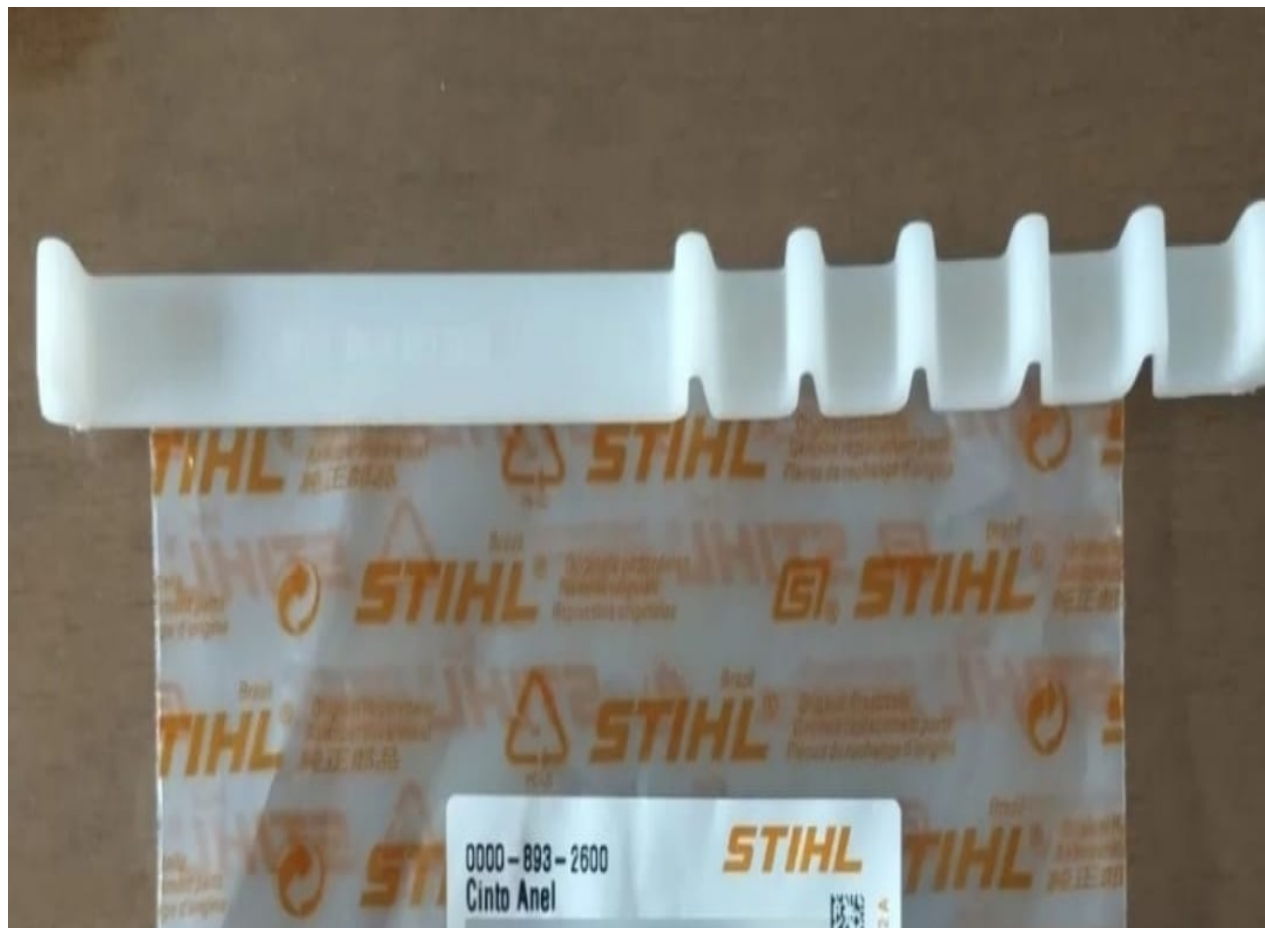
V) Identificador da Futura Contratação: 160518-17/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Modelo ilustrativo do Item 122 (Cinta Ferramenta para Montagem do Anel Stihl. Código-0000-893-2600), da tabela 1.1, conforme abaixo:



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Licitante deverá seguir os critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, e dá outras providências em especial, as do Anexo III. Além dos seguintes critérios preconizados no Art. 6º da Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010:

- 4.1.1. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 4.1.2. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;
- 4.1.3. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 4.1.4. fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos

serviços;

4.1.5. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.6. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.7. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Os itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 69, 70, 85, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125 deverão ser da marca Stihl, para reacompletamento da frota e tendo em vista haver em estoque peças para reposição e previsão de futuras aquisições. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço 4.3. Não serão vedados marcas ou produtos na presente licitação.

Da exigência de amostra

4.3. não será exigido amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelos fabricantes.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Obrigações das Partes

4.7. São obrigações do contratante:

4.7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

4.7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.7.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto,

para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

4.7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

4.7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.7.10. A Administração terá o prazo de 7 (sete) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros,

ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.8. São obrigações do contratado:

4.8.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.8.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.8.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.8.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto;

4.8.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.8.9. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.8.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

4.8.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência;

4.8.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

4.8.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Infrações e sanções administrativas:

4.9. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que: a) der causa à inexecução parcial da nota de empenho; b) der causa à inexecução parcial da nota de empenho que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total da nota de empenho; d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da nota de empenho; f) praticar ato fraudulento na execução da nota de empenho; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: i. Advertência,

quando o contratado der causa à inexecução parcial da nota de empenho, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (); art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021. ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (); art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021. iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (). art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021. iv. Multa: 1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 02) Moratória de 1.% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10.% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.i. O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a extinção da nota de empenho por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 4.20., de 10% a 30% do valor do Contrato. 4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 4.20., de 10% a 30% do valor do Contrato. 5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 4.20, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato. 6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 4.20., a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato. 7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 4., a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as infrações que fujam o controle da empresa, a exemplo de pandemias e eventos de calamidade pública.

4.11. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.11.1. Todas as sanções previstas nesta nota de empenho poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.11.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.11.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.11.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no e parágrafos do caput art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021) :a) a natureza e a gravidade da infração cometida;b) as peculiaridades do caso concreto;c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante;e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

4.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

4.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Da extinção:

4.19. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

4.20. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a nota de empenho.

4.20.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4.20. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.20.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

4.20.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

4.20.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

4.21. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

4.21.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

4.21.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

4.21.3. Indenizações e multas.

4.22. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.23. A nota de empenho poderá ser extinta caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

Foro:

4.24. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Taubaté-SP, Seção Judiciária da 2ª Vara Federal de Taubaté, 3ª Região, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Anexo que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados do envio da nota de empenho, em remessa única.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues na BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ: Almoxarifado Geral, situado na Estrada Municipal dos Remédios, 2135, CEP 12.086-000 – Itaim – TAUBATÉ/SP, telefone (12) 2123-7717, no horário compreendido entre 09h30 e 17h00, de segunda a quinta-feira; e de 08h00 e 11h30, na sexta-feira. Correm por conta da empresa licitante os ônus com transportes, carga, descarga, seguro e demais despesas.

5.1.4. Os materiais deverão ser entregues na embalagem original, lacradas, onde deverão estar impressos dados de identificação, procedência, data de fabricação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4. A garantia abrange a realização da troca do bem pelo próprio Contratado.

5.5. O material que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores ao objeto a qual esta sendo licitado.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.14. Em casos que os pneus apresentarem defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, dentro do período de garantia, principalmente após o "uso efetivo do pneu" já inserido no veículo correspondente, o órgão público têm o direito de buscar a substituição de acordo com os termos da garantia e de acordo com o previsto no inciso I, §1º do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme disposto a seguir:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

5.15. A garantia abrange a substituição dos bens pelo próprio fornecedor, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas que foram exigidas para cada item.

5.16. Caso seja necessário, haverá uma inspeção técnica para verificar algum possível defeito de fabricação. Nesse caso, o agente público responsável pela fiscalização do contrato, deve registrar o ato da inspeção, as consequências e soluções decorrentes do mesmo.

5.17. Uma vez observado e, após comprovado o defeito num determinado pneu, o Contratado deve realizar a substituição dos bens que apresentarem vícios ou defeitos de fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do pneu defeituoso das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido.

5.20. Decorridos os prazos para substituições, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a abrir um processo administrativo para apuração dos fatos.

5.21. O custo referente ao transporte dos pneus ou demais itens objeto deste processo de aquisição e cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22 Demais situações de execução do objeto e demais casos referentes as condições de entrega, garantia, manutenção e assistência técnica que não foram relatados neste Termo de Referência serão tratados pelos órgãos responsáveis desta Organização Militar, sempre respeitando as legislações vigentes, os princípios da licitação e o interesse da Administração pública.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. Multa:

7.3.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.3.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.4 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e ” a “h ” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “ c”, de 1 % (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1 % (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com a Administração ou Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 29 de maio de 2025.

8.29 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. O modo de disputa será o "ABERTO E FECHADO", tendo em vista a vantagem de se obter uma competição inicial e permitir que os autores das melhores ofertas examinem com maior profundidade a situação e formulem, sem conhecer o conteúdo da proposta dos demais, a sua oferta definitiva e final.

9.2 Este certame autorizará a adesão da ata de registro de preços por UASG não participante. As regras relacionadas ao processo de adesão, em especial da quantidade autorizada, está descrito por menorizado na Ata de registro de preços que será publicada no [compras.gov](http://compras.gov.br) e sua minuta é anexo do Edital.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

9.3.1. Eventualmente, o fornecimento poderá ser parcelado, mediante necessidade da Administração e, tão somente quando o órgão licitante autorizar o parcelamento. Portanto, a partir de um acordo prévio entre a Administração e o fornecedor ou em casos que os fornecedor apresente justificativas e, estas forem analisadas e aceitas pela Administração, tais situações, exemplificadas a seguir:

- Notas de Empenho com grande volume de aquisição;
- Itens importados que requerem um prazo maior para que os fornecedores tenham capacidade de entrega, tendo em vista o tempo de traslado dos produtos e as questões logísticas da importação dos pneus;
- Eventuais problemas de estoque dos fabricantes de pneus e das distribuidoras, por exemplo, a falta de estoque para o fornecimento de um determinado item;
- Problemas diversos que contemplem algo relacionado a aquisição e/ou entrega dos materiais;
- Eventuais correções e substituições de itens fornecidos de maneira errônea e diferente do que foi empenhado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 965.618,62

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 965.618,62 (novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima ou em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3. Conforme Art. 17 do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Atendimento ao princípio da padronização

Em atendimento ao art. 40, V da Lei nº 14.133/21, atesta-se o respeito aos princípios da padronização e do parcelamento, corroborando com a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho e economicidade.

Práticas e critérios de sustentabilidade

Práticas e critérios de sustentabilidade ou sua dispensa Informo que a Portaria nº 123 - COLOG/C Ex, de 8 de agosto de 2022, discorre sobre a logística sustentável no âmbito Exército Brasileiro. A contratação em pauta seguiu as determinações presentes nesta Portaria, assim como também foi consultada a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre o Plano Diretor de Logística Sustentável, tendo sido o processo em tela embasado por estas determinações.

Lei de Acesso às Informações

Este processo não se enquadra na Lei de Acesso às Informações (L.12.527/11), pois trata-se de um processo licitatório não sigiloso, havendo divulgação quanto ao objeto preterido (serviços comuns para o Prefeitura Militar da Base de Aviação de Taubaté).

Não utilização do catálogo eletrônico de padronização

O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, não sendo possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização da presente contratação. Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do objeto são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação dos itens ao fim a que se destinam, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

Segregação de funções

De acordo com o princípio da segregação de funções, previsto no art. 5º e no art. 7º, §1º da Lei n. 14.133/2021, a autoridade competente do órgão designou agente da contratação específico, equipe de apoio, equipe de planejamento, Ordenador de Despesas e equipes de fiscalização e gestão de contratos, conforme as publicações em Boletim Interno da Organização Militar. Atenta-se, portanto, a não designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções suscetíveis a riscos.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão

contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de Taubaté, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

ROBERTO SARAIVA DE CARVALHO SOARES

Responsável pela Formalização da Demanda

THIAGO AUGUSTO TERRA

Membro da comissão de contratação

KENIO TAVARES DE SOUZA

Membro da comissão de contratação